



Artigo

[Cadernos] PPG-AU
FAUFBA

Fluxo Contínuo

Notas Preliminares sobre uma Pesquisa em Suspenso

Escrita Protetiva¹ como uma Saída
para a Pesquisa em Temas
Sensíveis^{2,3}

Any Brito Leal Ivo

Universidade Federal da Bahia

¹ Cumpre esclarecer sobre o uso da terminologia “escrita protetiva”: realizou-se uma busca em bases e plataformas científicas, com vistas à identificação de ocorrências dessa expressão e não foi encontrado uso similar na literatura especializada. Identificou-se apenas uma notícia referente a evento de capacitação promovido pelo Ministério Público de Santa Catarina, intitulado “A escrita que protege: redação jurídica em uma abordagem socio funcional de linguagem e gênero”, ministrado pela Professora Mestra Ana Elisa Costa Ferreira (Ver: MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. 2025). Verifica-se que esta palestra trata do cuidado na elaboração de registros no âmbito dos sistemas jurídicos, com o objetivo de minimizar os danos às vítimas de violência contra as mulheres. Trata-se, portanto, de uma concepção de escrita institucional jurídica de caráter acolhedor, distinta do escopo adotado no presente artigo, que se concentra na escrita de trabalhos e pesquisas científicas em contextos de risco.

² Agradeço à Professora Dra. Gilca Garcia de Oliveira (UFBA), primeira leitora deste artigo, pela leitura atenta, crítica e afetuosa, assim como pelas sugestões e pelo profícuo diálogo. Agradeço, adicionalmente, a leitura criteriosa, atenta e respeitosa dos dois pareceristas. As observações e sugestões apresentadas foram fundamentais para o esclarecimento de alguns pontos do artigo, bem como para o aprofundamento de questões e o desenvolvimento de debates que contribuíram significativamente para a qualificação desta versão do texto.

³ Este texto contou com o apoio de ferramentas de inteligência artificial exclusivamente para revisão da escrita, em conformidade com a Portaria CNPq nº 2.664/2026.

Notas Preliminares sobre uma Pesquisa em Suspensão: Escrita Protetiva como uma Saída para a Pesquisa em Temas Sensíveis

Resumo:

O artigo apresenta a Escrita Protetiva como alternativa metodológica e ética para lidar com eventos sensíveis, especialmente em situações de violência urbana. Parte da experiência de suspensão de uma pesquisa, por risco, para propor um método que permita publicar a análise crítica sem comprometer a segurança dos envolvidos. A Escrita Protetiva reorganiza experiências vividas de modo a manter a densidade simbólica, afetiva e política, protegendo sujeitos, lugares e instituições. Não é criação, mas a construção de uma verdade possível — uma narrativa fiel aos fatos no sentido social do vivido. A proposta metodológica se estrutura na escuta e na leitura atenta, na reescrita ancorada nos eventos reais e na verificação da proteção. O texto apresenta um exemplo prático da metodologia. A Escrita Protetiva é apresentada, assim, como ferramenta ética, estética e epistemológica para enfrentar os limites do narrável em contextos de violência, trauma, risco e censura.

Palavras-chave: Escrita protetiva; Verdade possível; Metodologia.

Notas Preliminares sobre una Investigación en Suspensión: Escritura Protectora como una Salida para Investigar Temas Sensibles

Resumen:

El artículo presenta la Escritura Protectora como una alternativa metodológica y ética para abordar eventos sensibles, en especial situaciones de violencia urbana. Parte de la experiencia de la suspensión de una investigación por riesgo, con el fin de proponer un método que permita publicar el análisis crítico sin comprometer la seguridad de los involucrados. La Escritura Protectora reorganiza experiencias vividas de manera que mantiene la densidad simbólica, afectiva y política, protegiendo a sujetos, lugares e instituciones. No es una creación, sino la construcción de una verdad posible —una narrativa fiel a los hechos en el sentido social de lo vivido. La propuesta metodológica se estructura en la escucha y la lectura atenta, la reescritura anclada en los eventos reales y la verificación de la protección. El texto presenta un ejemplo práctico de la metodología. La Escritura Protectora se presenta como una herramienta ética, estética y epistemológica para enfrentar los límites de lo narrable en contextos de violencia, trauma, riesgo y censura.

Palabras clave: Escritura protectora; Verdad posible; Metodología.

Preliminary Notes on Suspended Research: Protective Writing as an Alternative for Research on Sensitive Topics

Abstract:

The article presents Protective Writing as a methodological and ethical alternative for addressing sensitive events, especially urban violence. It stems from the experience of a suspended research project, due to risk, to propose a method that allows the publication of critical analysis without compromising the safety of those involved. Protective Writing reorganizes lived experiences in a way that preserves symbolic, affective, and political depth, while protecting individuals, places, and institutions. It is not invention, but the construction of a possible truth — a narrative that is faithful to the facts in the social sense of lived experience. The methodological proposal is structured around attentive listening and reading, rewriting anchored in real events, and verification of protection. The text presents one practical example of this methodology. Protective Writing is thus presented as an ethical, aesthetic, and epistemological tool to face the limits of what can be narrated in contexts of violence, trauma, risk, and censorship.

Keywords: Protective writing; Possible truth; Methodology.

Uma pesquisa em suspenso...

Em 2018, tive a oportunidade de desenvolver uma pesquisa de pós-doutoramento no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), sob a supervisão do Professor Dr. Luiz Antônio Machado, a quem agradeço pela acolhida, pela generosidade e pelas provocações acadêmicas. Esse estudo insere-se no escopo de uma linha investigativa que, em última instância, “costura” as diversas empreitadas temáticas nas quais me envolvo desde o doutorado (2015, 2017 e 2024, entre outras), tendo como fio condutor compreender como o espaço urbano construído expressa cidadanias distintas. Ou seja, em que medida a experiência e vivência do — e no — espaço materializam, provocam e possibilitam a disputa por cidadania.

Assim, entendo que as disputas por cidadania orbitam em torno de conflitos e embates acerca de um regime securitário de proteção civil aplicado à gestão da vida urbana, cuja prioridade, de uma política da ordem, contrapõe-se à perspectiva de proteção da cidadania e aos valores prioritários da dignidade da pessoa humana e do Estado democrático de direito. Destas tensões, rupturas e concertações, resultam cidadanias múltiplas e distintivas nas cidades.

Este trabalho deriva, portanto, do movimento de transição da política urbana para uma política da ordem, no âmbito da segurança e da violência estatal na cidade, que, por fim, se insere nos debates sobre a violência de Estado. É precisamente sobre essa violência — constitutiva da violência urbana — que me debrucei, concentrando meus esforços em compreender como opera o valor da vida nas cidades.

Mais do que saber esse valor, interessava compreender a desvalorização gradativa da vida das vítimas da violência estatal, por meio da banalização da letalidade do Estado, observando, sobretudo, se essa atuação se expressa de forma distinta no espaço urbano. Dessa forma, os processos indenizatórios de vítimas de ações policiais era o objeto de pesquisa — em especial aqueles que recorrem a serviços não privados de assessoramento jurídico — por entender que são de maior vulnerabilidade, permitindo conhecer a atuação dos aparatos policiais estatais, os debates em torno dos eventos e os valores das indenizações.

O número desses processos é extremamente reduzido, em completo descompasso com o crescimento das operações policiais com vítimas, conforme demonstrado por

levantamentos numéricos existentes e sistematizados. Os diversos documentos, instituições e autores — como o Anuário da Violência, o Fórum de Segurança Pública, o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, entre outros — constituem instrumentos indubitáveis que, por meio do crescimento numérico das vítimas, aliado a informações qualificadas, ilustram a expansão exponencial das mortes produzidas pelo Estado e o direcionamento de seu aparato letal. De um lado, esses dados evidenciam a banalização da morte como política de segurança pública e, consequentemente, o reduzido valor atribuído à vida; de outro, revelam o endereçamento dessa ação mortal, de forma recorrente, a jovens negros e pobres.

Se é uma constatação o baixo número de eventos violentos de maior ofensividade que se tornam processo, como demonstraram Adorno e Pasinato (2010), os processos no âmbito do direito civil representam uma fração quase insignificante e praticamente “inexistem” quando comparados ao volume das ocorrências registradas.

Considerando que o processo penal é movido pelo Ministério Público, por ser de interesse público, os processos civis indenizatórios decorrem da iniciativa das próprias vítimas ou de seus representantes. Isso, em muitos casos, aprofunda a vulnerabilidade e a sensação de insegurança dos vitimados, que precisam acionar individualmente o Estado em busca de reparação. Mexer nesse reduzido número de casos é, sem dúvida, uma necessidade. No entanto, ao mesmo tempo em que expõe as vítimas, introduz essas experiências em outras dimensões e esferas da vida coletiva, acarreta também novos riscos. Essa insegurança foi o que colocou a publicação desse estudo em suspenso.

Hoje, retomo minhas anotações na tentativa de criar estratégias que permitam trazer a público questões decorrentes desses estudos de caso, que, acredito, são fundamentais aos debates sobre as articulações entre os campos do urbanismo, dos direitos humanos e da violência urbana. Revisito meus arquivos não para tratar da violência, mas para buscar formas mais seguras ou menos inseguras de publicar pesquisas dessa natureza e que no caso da minha em particular restou em suspenso.

Diferentemente dos estudos quantitativos, que tendem a invisibilizar os sujeitos envolvidos e oferecem maior segurança ao pesquisador — ao tratar os fatos como “eventos sociais”, quase que abstratos e em outra dimensão, a da existência estatística —, a minha pesquisa partia justamente de casos singulares e relatos pormenorizados vivenciados e registrados nos processos, que apesar de públicos e de conhecimento geral,

provocam temas sensíveis e de risco.

Importa, antes de qualquer avanço, esclarecer que este é um texto inicial e, portanto, permeado por incertezas e inquietações, configurando-se como uma reflexão em aberto e situada. Não se apresenta como uma formulação acabada, mas como a partilha de algumas angústias relativas a como mitigar os riscos de violência, cada vez mais disseminados e crescentes, que envolvem determinados objetos de pesquisa. Ganha destaque nesse texto o entendimento de que tais riscos manifestam-se não apenas no campo, mas a escrita e publicação de análises também constituem arenas de risco pessoal.

Considerando que o anonimato e a adoção de pseudônimos por autores-pesquisadores, no âmbito da produção acadêmica, ainda carecem de respaldo institucional e de mecanismos que viabilizem sua implementação, resta, portanto, pensar em saídas mais seguras para a escrita sobre temas sensíveis, de forma a garantir a liberdade do pensamento e da produção acadêmica qualificada.

O trajeto argumentativo que estrutura este artigo parte de uma angústia pessoal diante do desafio da escrita do trabalho investigativo e de seus riscos. Nesse sentido, além de apresentar as questões que atravessam o escrever sobre a violência urbana, o texto registra um exercício de experimentação narrativa, sugerindo a “Escrita Protetiva” como possibilidade de escrita que possa, de algum modo, abrandar as inseguranças relacionadas à escrita e à publicação de resultados, para além daquelas vinculadas ao trabalho de campo.

Assim, traça um diálogo com autores de referência nos estudos sobre violência e suas estratégias metodológicas, ao mesmo tempo em que se abre a interlocuções com autores que trabalham com relatos e formas narrativas mais amplas. Por fim, apresenta um breve exercício de escrita protetiva, refletindo sobre seus alcances e limites.

Parte-se, portanto, da premissa de que a escrita produz efeitos e consequências, na medida em que não há neutralidade nem na análise nem na própria escrita. Como assinala Vianna (2014), ao evidenciar que os registros não apenas descrevem, mas participam ativamente da construção de representações sociais, a escrita pode pronunciar outros riscos dos enfrentados em campo por pesquisadores e interlocutores. Isso se dá na medida em que a escrita reativa elementos, ressignifica eventos, constrói argumentações que podem alterar interpretações, ampliar o público e a circulação de informações.

Nesse sentido, cumpre esclarecer que as angústias aqui partilhadas dizem respeito,

sobretudo, aos riscos inerentes à escrita e à elaboração de análises em trabalhos que se debruçam sobre eventos altamente singulares. Ainda que fundamentados em documentos públicos, tais estudos podem ensejar consequências potencialmente arriscadas em razão do tratamento analítico de um único caso, o que reduz significativamente as condições de anonimato quando comparados a estudos que tratam de categorias mais genéricas e padrões sociais, assim como aquelas que envolvem vários interlocutores não identificados.

Como relatar esses eventos e analisá-los sem ampliar os riscos dos envolvidos? Que artifícios há para mobilizar que camuflem os eventos e seus personagens, dando segurança, mas, ao mesmo tempo, conferindo a este trabalho valor acadêmico e credibilidade? E como relatar de forma “camuflada”, sem desumanizar a violência sofrida por essas pessoas?

Como narrar o indizível e inominável? Escrita Protetiva como dispositivo de proteção e análise de casos reais sensíveis

Escrita Protetiva é o nome que proponho para um gesto narrativo que reorganiza experiências vividas com o objetivo de proteger sujeitos, lugares e histórias, sem comprometer a densidade simbólica, afetiva e política do acontecimento, durante o desenvolvimento da pesquisa, mas também, na divulgação e publicação de resultados e produtos. Resulta de um exercício de enfrentamento dos dilemas éticos da pesquisa social em contextos de violência.

A Escrita Protetiva não visa criar, mas preservar — desloca para proteger, transforma para tornar possível narrar o que, em sua forma bruta, seria indizível ou perigoso de dizer — aquilo que é silenciado, não necessariamente por uma censura externa explícita, mas por um autocensuramento motivado pela autopreservação e pelo medo, mesmo sendo, por vezes, uma fantasia que paralisa. O desejo é tornar o real abstrato, sem incorrer na perda da subjetividade provocada pela abstração estatística; sem apagar o que há de particular e único em cada experiência e sua relevância social. Embora a literatura em ética da pesquisa tenha amplamente discutido estratégias de

anonimização⁴ dos interlocutores, observa-se menor sistematização no que concerne à proteção da autoria em contextos de risco e mais especificamente de violência urbana.

Para compreender como esses riscos vêm sendo enfrentados no campo da pesquisa em contextos de violência urbana, é necessário dialogar com uma tradição consolidada que tem se debruçado sobre estratégias de inserção, mediação e proteção no trabalho de campo. A “vida sob cerco” (MACHADO DA SILVA, 2008) impõe múltiplas negociações e estratégias para a realização da pesquisa. Estas vão desde a criação de ambientes seguros para a fala — como descrito detalhadamente por Machado da Silva (2008), ao relatar a construção de espaços fora das áreas diretamente investigadas, com a participação de interlocutores provenientes de diferentes territórios, selecionados a partir de relações previamente consolidadas de confiança com os pesquisadores – os “coletivos de confiança” — até a adoção de práticas que evidenciam um compromisso ético e prático na constituição de condições seguras para a produção de dados, com efeitos diretos na proteção de interlocutores e pesquisadores envolvidos.

Assim é que os participantes dos “coletivos de confiança” foram selecionados de um conjunto muito mais restrito do que é convencional. Como o nome indica, não bastava ser residente em favela. Decidiu-se como critério primordial que só poderiam ser recrutados moradores com os quais pelo menos um dos pesquisadores tivesse estabelecido previamente relações de confiança baseadas no conhecimento mútuo. Dessa forma pretendia-se minimizar a possível sensação de perigo dos membros quanto às consequências do que dissessem durante as sessões. Desnecessário dizer que este critério básico só foi possível porque vários pesquisadores do grupo, há muito já haviam interagido com inúmeros moradores de diversas favelas, e, ao longo do tempo, estabeleceram relações de aliança e amizade com muitos deles. (MACHADO DA SILVA, p. 28, 2008).

Nesse mesmo sentido, a entrada em campo, progressiva, relacional e fincada na confiança mútua, aparece como um elemento central no trabalho de campo desenvolvido por Feltran (2008), caracterizando uma inserção situada e mediada por moradores

⁴ Fonseca (2006) discute as dimensões éticas implicadas na adoção do anonimato em estudos etnográficos, evidenciando as tensões entre nomear e não nomear os interlocutores. A autora demonstra que, se por um lado o anonimato pode configurar uma estratégia de proteção, por outro pode implicar o apagamento de trajetórias e experiências politicamente relevantes. Ao problematizar essa ambivalência, Fonseca desnaturaliza o anonimato como procedimento metodológico automático garantidor de proteção, conferindo maior densidade ética e epistemológica à decisão sobre sua adoção em pesquisas antropológicas.

locais e/ou por instituições que atuam nesses territórios. Segundo o autor, essa articulação garante acesso, legitima a presença e contribui para a redução de riscos, ainda que a questão da segurança não seja explicitamente tematizada por ele como um problema metodológico.

Ao descrever a pesquisa em “campo minado”, Menezes (2024) aponta para o autocuidado no trabalho de campo: destaca a preocupação em não se “contaminar”, aos olhos de forças policiais e agentes locais de violência, reafirmando continuamente sua posição como pesquisadora. Nesse mesmo sentido, a articulação prévia com moradores, lideranças locais e/ou instituições que atuam nesses territórios também é uma estratégia primordial para o desenvolvimento da pesquisa de forma mais segura para todos os envolvidos.

Há ainda casos em que a pesquisa exige negociação direta com agentes locais da violência — seja para a autorização da realização do trabalho de campo, seja para a eventual publicação dos resultados —, como observado em Biondi (2010). Nessa situação em especial, a posição da pesquisadora também é atravessada por múltiplas tensões, decorrentes da sobreposição de papéis. Essa multiplicidade de papéis e possíveis ambiguidades a colocavam em zonas de incerteza na avaliação de suas condutas, expondo-a a interpretações potencialmente conflitantes e, conseqüentemente, a riscos específicos no campo, demandando mediações com diversas forças para o desenvolvimento da pesquisa.

Esse processo de negociação foi dado como encerrado quando do envio de um exemplar da publicação para que eles próprios pudessem ler e se posicionar. Para minha surpresa, e pondo fim à minha apreensão, a recepção do trabalho foi muito boa (“a senhora entende mais de cadeia do que muitos caras aqui!”), e meus leitores presos pareceram ter se convencido de que está longe dos meus objetivos apurar crimes ou delatar pessoas. (BIONDI, 2010, p. 47).

A preocupação com a integridade dos interlocutores e facilitadores da pesquisa configura outra instância de negociação e aprovação dos resultados, como comentado por Zuenir Ventura em entrevista, ao relatar que submeteu uma prévia de seu texto a um chefe do tráfico antes da publicação. Tal gesto foi motivado, nesse caso, pelo cuidado com os interlocutores envolvidos naquele contexto.

ISABELLA: Tem um momento em que você volta para o Flávio Negão para pedir autorização a ele para publicar a entrevista no livro. Você foi com Caio Ferraz e manifestou uma preocupação: “Eu não quero te expor”, disse. (VENTURA-Elisa, NUNES, VENTURA-Mauro, 2025, p.10).

Pelo que foi comentado acima, evidencia-se que uma produção relevante no contexto brasileiro tem se debruçado sobre os desafios metodológicos da pesquisa em contextos de violência urbana, especialmente no que se refere à inserção em campo, à construção de vínculos e à mediação com interlocutores em territórios marcados por desigualdades e pela presença de agentes armados. Destacam-se, nesse campo, além dos trabalhos já comentados, os de Rocha (2012), Menezes (2024), Grillo (2019), Zaluar (1994; 2004; 2007), entre outros, cujas contribuições fazem emergir as complexidades éticas e operacionais da pesquisa em tais contextos.

De modo geral, essas abordagens concentram-se nas condições de produção dos dados — especialmente na gestão do risco no trabalho de campo e na proteção dos interlocutores —, sendo menos frequentes as reflexões que tomam a escrita, a análise e a publicização dos resultados como dimensões igualmente atravessadas por riscos para o autor. É nesse deslocamento — do campo à escrita — que se insere a proposta de Escrita Protetiva. É precisamente nesse limite — entre a consolidação de estratégias para a produção de dados em campo e a ausência de uma problematização sistemática da escrita e da publicização dos resultados — que se insere a proposta de Escrita Protetiva.

Se a fabulação⁵ tensiona a impessoalidade da letra fria documental, buscando tecer histórias outras que personalizam trajetórias, a Escrita Protetiva parte de um relato por menorizado, formalizado como depoimento do vivenciado, para construir uma narrativa que, ao mesmo tempo em que impede o reconhecimento e a nomeação de sujeitos, lugares e instituições, garante a transmissão do evento violento — desvinculando formalmente, assim, o enredo publicizado do evento real e permitindo um debate mais amplo.

Trata-se de um movimento ético e estético, em que o uso deliberado da ambiguidade narrativa — e, por vezes, da ficção — se torna um recurso metodológico. Ao suspender detalhes factuais, ela desloca o foco para a construção de sentidos, permitindo que a verdade do acontecimento seja reconfigurada. Assim, a ambiguidade informacional torna-se produtiva ao garantir, simultaneamente, proteção e permitir a circulação

⁵ Hartman (2021) propõe a fabulação crítica como metodologia para enfrentar as lacunas dos arquivos da escravidão e, ao fazê-lo, apresenta uma nova dimensão da desumanização operada pelo sistema escravocrata atlântico.

e análise de fatos de relevância social. De outro modo, muitos relatos seriam invisibilizados e muitos desses acontecimentos inexistiriam fora das vivências pessoais, institucionalizadas ou não.

Essa estratégia não apenas pode proteger os envolvidos, como também desafia a própria lógica da prova, da objetividade e da neutralidade documental, próprias de registros oficiais e estudos quantitativos. Em vez de buscar a comprovação objetiva e verificável, como exigem os métodos tradicionais, a Escrita Protetiva produz “verdades possíveis” — narrativas que não se pretendem factuais, mas que carregam em si a estrutura de uma realidade vivida.

Trabalhar com a narração de “verdades possíveis”, quando adotada como condição metodológica, exige um novo tipo de rigor ético adaptado à complexidade dos contextos marcados pela violência, pelo trauma ou pela ameaça, em que a fidelidade estrita aos fatos pode colocar em risco os envolvidos. Nestes contextos, torna-se necessário construir formas alternativas de compromisso com a verdade — formas mais éticas do que literais.

Diferentemente de metodologias como a autoetnografia⁶, que parte da experiência do autor como ponto central de análise, ou da fabulação, que se permite inventar mais livremente para explorar possibilidades narrativas, a Escrita Protetiva opera entre o vivido, o possível e o narrável. Propõe uma reorganização ética e deliberada do relato, com o intuito de proteger sujeitos e contextos reais sem apagar a densidade simbólica e estrutural do acontecimento, valorizando o anonimato ético, a mediação afetiva e a transmissão responsável do trauma e da violência, mesmo que isso implique em distanciar o registro publicado de sua forma factual original, dotando-o de certa abstração.

Dialoga, portanto, com autores como Ricoeur (1994), Das (2020) e Ellis (2010), não pelas metodologias que desenvolvem, mas por pensarem a narrativa como meio de lidar com o trauma, a violência e o inominável. Segundo esses autores o deslocamento da narrativa dá sentido ao vivido, mais do que simplesmente reconstituir cronologias; permite dizer o que não se pode dizer diretamente; e é estratégia para narrar verdades inscritas nas subjetividades e nos silêncios. Sustentam um compromisso com a significação profunda das experiências vividas.

⁶ Ver Ellis (2010).

Nesse sentido, se a verdade ética está ancorada na experiência do outro e em sua subjetividade, a “verdade possível” é aquela que preserva o essencial da vivência, mesmo quando a narrativa se afasta do real empírico —, transformando o vivido em algo narrável. Trata-se de uma operação ética, estética e metodológica, comprometida com o real, ainda que este não possa ser descrito ou nomeado diretamente.

Assim, a Escrita Protetiva não esconde a verdade, mas a reorganiza sob outra forma, como sugere Ricoeur (2007), ao tratar da tensão entre memória, história e esquecimento, ou ainda como Ellis (2010), ao defender a escrita autoetnográfica que captura verdades emocionais e sociais mais profundas do que as possíveis por métodos tradicionais.

A Escrita Protetiva cria espaço para o indizível sem traí-lo, oferecendo ao leitor uma narrativa que, embora descolada do evento em sua materialidade e positividade, carrega consigo sua densidade social. Trata-se de uma criação literária ancorada no real, limitada e comprometida em descrever, nesse caso, o fato em seu grau de violência e os mecanismos pelos quais se opera essa violência — um exercício de escrita que, mesmo reconfigurando imagens, personagens ou contextos, mantém viva a experiência do sofrimento, do trauma, do absurdo e da violência.

Em certa medida, consiste em uma instrumentalização da realidade fantástica,⁷ que permite mesclar cotidiano e fantástico. A Escrita Protetiva ancora-se no real, com compromissos com o rigor investigativo, adotando estratégias — entre as quais a fantasia — para camuflar dados e informações que permitam identificar fatos, sujeitos, lugares ou instituições. Portanto, a Escrita Protetiva está atrelada a uma necessidade de proteção, e não decorre de uma livre intenção artístico-literária por parte do autor.

Escrita Protetiva: um método para pesquisa crítica e ética de eventos sensíveis?

A partir dessas considerações, é possível delinear a Escrita Protetiva como um método, que em lugar de reconstituir fielmente as experiências tal como ocorreram, captura e comunica a densidade analítica, como acontecimento de relevância social. Ao optar pela Escrita Protetiva como estratégia de proteção e interpretação, não se busca

⁷ Parente (2026) demonstra, na notícia intitulada “Perna Cabeluda driblou a ditadura e colocou violência contra a mulher nas páginas do Diário”, como o uso de uma aberração — a Perna Cabeluda — serviu à divulgação de casos de violência em tempos de fortes restrições à liberdade de imprensa, constituindo um exemplo prático da instrumentalização da realidade fantástica com o objetivo de informar.

substituir a realidade por invenção, mas criar uma narrativa que permita preservar o essencial — o contexto, o sentimento, o sofrimento e o grau de violência vivenciado. É, portanto, uma forma de possibilitar a pesquisa e a análise crítica de fatos da vida impossíveis de serem evidenciados e descritos como vivenciados por imposições externas e contextuais de risco aos envolvidos.

Reconhece que certos eventos, pelo seu grau de sensibilidade ou risco, não podem ser relatados em sua forma bruta sem comprometer o bem-estar de pessoas. A Escrita Protetiva, nesse caso, viabiliza sua existência como narrativa — permite a análise crítica investigativa, que, sem essa mecânica, estaria em suspenso. O compromisso de narrar a “verdade” se mantém por meio da apresentação de uma possível categoria analítica provocada pelo evento.

A Escrita Protetiva conta o essencial da experiência vivida. Entende que é na dimensão do cotidiano que a violência se inscreve, se naturaliza e se torna parte da vida ordinária — processo que Das (2020) denomina “descida da violência ao cotidiano”. É por meio da narrativa de experiências banais ou invisibilizadas diárias, mas carregadas de densidade simbólica, que é possível revelar estruturas sociais. Para isso, possivelmente três dimensões de atuação do pesquisador são mobilizadas.

A primeira refere-se a uma leitura-escuta atenta e ativa, capaz de identificar, em um episódio, aspectos ou categorias analíticas pertinentes à pesquisa e socialmente relevantes. É o compromisso com o relato, considerando seu uso como fonte para uma análise crítica eticamente comprometida com a credibilidade na produção do conhecimento e com a proteção dos participantes. Esta primeira etapa diz respeito ao tratamento do dado bruto: o exercício de reflexão e análise do pesquisador diante de sua problemática de pesquisa e do campo empírico. Trata-se do curso investigativo com os seus dilemas, desafios, acertos e descobertas — ainda que, por vezes, sem aparentes novidades.

Esse compromisso estende-se aos interlocutores, sendo necessária a consulta quanto a eventuais percepções de risco ou insegurança em relação ao evento e à sua publicação, bem como quanto à forma como desejam ser nomeados e apresentados — incluindo a possibilidade de anonimato.

A segunda dimensão refere-se à escrita dos resultados, contribuições e criações epistêmicas, diante das limitações impostas pela realidade do objeto, pelos sujeitos envolvidos, territórios ou agentes. Ou seja, trata-se dos dilemas e da insegurança presentes

no registro e publicização da pesquisa que permite a validação por seus pares, considerando o contexto sensível que a envolve.

Nessa etapa, cabe ao pesquisador reconstituir o episódio por meio de uma narrativa que elimine quaisquer elementos que permitam a identificação dos sujeitos, locais ou instituições envolvidos. Trata-se de um exercício de deslocamento ético e estético, no qual a proteção das pessoas está intrinsecamente ligada ao compromisso com a preservação do sentido analítico do acontecimento, o que resulta numa verdade possível de ser publicada e debatida publicamente.

Para esse registro, a Escrita Protetiva não se limita a técnicas convencionais de anonimização, como a alteração de datas, nomes ou locais, nem à fusão de diferentes eventos, mas propõe uma reconfiguração narrativa e estética mais profunda que impeça a identificação do ocorrido.

A terceira dimensão consiste na verificação da eficácia da reescrita na proteção da identidade dos envolvidos e do evento em si. Trata-se de avaliar, com o devido distanciamento crítico, se ainda há elementos que possam levar à identificação do caso real — seja por correlações temporais, espaciais ou contextuais. Essa etapa exige do pesquisador uma postura de verificação, assumindo a responsabilidade pela mediação entre a experiência vivida, a forma narrativa e a análise crítica.

Os relatos originais devem ser guardados, pois podem ser revisitados e revisados a partir de novos interesses investigativos e outras pesquisas, assim como, servem para sanar dúvidas com relação à traços identitários que mereça revisão. O compromisso com a guarda dos originais, mesmo com os devidos cuidados para que não sejam publicados, pelo menos imediatamente, confere credibilidade à pesquisa e pode servir a outros estudos e pesquisadores.

Além disso, esses registros podem ser publicados na íntegra após um interstício de tempo que garanta a segurança de todos os envolvidos⁸. Esse comprometimento é o que efetivamente assegura a lisura do processo, dota a pesquisa de legitimidade e permite sua conferência e uma segunda possibilidade de validação pelos pares, uma vez ultrapassado o tempo necessário à proteção e mediante a disponibilização responsável dos registros originais.

⁸ A condição de segurança para publicação deve ser avaliada, sempre que possível, de forma coletiva entre o pesquisador e todos os participantes - os sujeitos e as instituições envolvidas em risco.

Num outro sentido, esse compromisso com a guarda e a possibilidade de publicação posterior dos registros também ajuda a “conter” a potência da criação literária — talvez o maior risco desse método. Trata-se de um contrapeso necessário entre liberdade criativa e responsabilidade metodológica, que evita que a Escrita Protetiva se afaste excessivamente do compromisso analítico com o real e se torne ficção, sem guardar a configuração factual de relevância. Assim, a preservação dos relatos originais funciona como âncora ética e epistêmica, permitindo que o exercício criativo mantenha vínculos verificáveis com a experiência concreta que o inspira, mesmo contando com a abstração como linguagem narrativa.

Outro ponto que merece atenção é o comprometimento ético do pesquisador em explicitar a adoção da Escrita Protetiva como recurso metodológico. Essa transparência é fundamental não apenas para garantir a integridade do processo investigativo, mas também para alertar leitores e avaliadores sobre os critérios adotados na construção narrativa dos dados. A Escrita Protetiva, nesse sentido, deve ser assumida como uma escolha consciente, orientada pela necessidade de preservar os envolvidos e, simultaneamente, viabilizar a partilha dos resultados da investigação.

Com o objetivo de evitar qualquer risco de ambiguidade excessiva ou de acusações de distorção da realidade, é fundamental que, além de explicitar e justificar a adoção da Escrita Protetiva como escolha metodológica, o pesquisador esclareça quais aspectos foram deliberadamente modificados na narrativa. Essa explicitação não visa a permitir a identificação do caso original, mas sim a evidenciar as estratégias éticas e narrativas utilizadas, assegurando a transparência do processo e a credibilidade da análise perante a comunidade científica.

Com o objetivo de evitar ambiguidade excessiva ou interpretações equivocadas quanto à veracidade dos dados, cabe evidenciar, sempre que necessário, os recursos narrativos empregados, garantindo a preservação da integridade da análise, mesmo quando os elementos empíricos originais não podem ser expostos em sua forma bruta. Ressalta-se que o acontecimento-chave da experiência, que fundamenta a análise científica, é mantido em sua essência. O rigor metodológico estabelece-se, assim, na preservação desse acontecimento central e dos elementos indispensáveis ao seu reconhecimento como fato de relevância social.

Configura uma forma legítima de relatar e publicar em contextos em que a exposição direta dos dados poderia comprometer a segurança, o bem-estar ou a privacidade

dos sujeitos e comunidades participantes. Assim, explicitar sua aplicação contribui para reforçar a credibilidade da produção científica, ancorada num compromisso ético com os participantes e com o próprio campo do conhecimento.

Por fim, há o risco de que as premissas da pesquisa direcionem a escuta para a seleção de aspectos e/ou categorias analíticas prévias, ou o reconhecimento da relevância social do vivido. Ter consciência desse risco pode contribuir para sua superação, cabendo ao pesquisador rever e revisar a escuta com abertura à identificação de elementos não contemplados na hipótese originária da pesquisa. Isso exige um rigor ainda maior nesse exercício analítico pretérito à Escrita Protetiva, qualificando a escuta — ou a leitura — como crítica e como parte do processo de autoavaliação da própria pesquisa. A exigência dessa postura crítica em relação ao que está sendo produzido, somada ao compromisso com a realidade relatada, é o que efetivamente qualifica esse método como viável para a fundamentação de pesquisas sociais.

Portanto, a Escrita Protetiva não é uma licença para inventividade livre, não é libertinagem narrativa, não é ficção. Em contextos marcados pela violência, pela censura constante e pelo apagamento de vozes vulneráveis, a Escrita Protetiva emerge como uma forma de resistência epistemológica e política, permitindo que se nomeie o que seria indizível sem trair quem o viveu.

Não se trata de imaginar uma realidade alternativa ideal, mas de criar espaços simbólicos e analíticos que desestabilizem a naturalização da violência e ampliem as possibilidades de compreensão crítica do social. Assim, a Escrita Protetiva atua como mediação entre o indizível e o dizível — cumprindo, portanto, uma função metodológica e ética.

Essa transformação do relato de experiências vividas em eventos sociais — por meio da Escrita Protetiva — permite elevar acontecimentos que seriam silenciados à condição de analisáveis. A Escrita Protetiva torna viável o pensamento, permitindo o conhecimento de estruturas sociais, revelando padrões e provocando reflexões que ultrapassam o caso específico, por meio da partilha de verdades possíveis.

O exercício de Escrita Protetiva: uma verdade possível sobre um evento de violência urbana hipotético

Para demonstrar a operacionalização dessa proposta metodológica, apresenta-se a

seguir um exercício prático de Escrita Protetiva, construído a partir de um evento hipotético de violência urbana. O objetivo é demonstrar a aplicação prática da metodologia narrativa, sem qualquer correspondência com casos reais. Considera-se, como base, um episódio irreal em que dois jovens entram em confronto, resultando na morte brutal de um deles, em plena luz do dia, numa praça localizada num bairro aparentemente pacato. O episódio é testemunhado por moradores que, sob ameaça, foram forçados a assistir, sem possibilidade de intervir.

O fato adquire especial relevância ao se considerar o uso do espaço público como dimensão central da vida coletiva. A praça, neste caso, deixa de ser apenas espaço de lazer e convívio e passa a ser cenário de violência simbólica e física — o que altera sua função social e o modo como os sujeitos a percebem e ocupam, dotando o caso de relevância social.

Nesse caso hipotético, o pesquisador, por sua inserção prolongada no território, soube de detalhes do ocorrido, que revelam dimensões importantes para pensar a violência urbana como um fenômeno que reconfigura os sentidos do cotidiano, interdita simbolicamente os espaços públicos e impõe códigos de conduta próprios. No entanto, relatar esse episódio de forma direta, com dados e detalhes, implicaria riscos éticos e de segurança para os interlocutores e para o próprio pesquisador, além de poder contribuir para a ruptura da relação de confiança já estabelecida. Diante disso, propõe-se o exercício da Escrita Protetiva como tentativa de impedir a identificação, mas mantendo o relato do acontecimento de relevância social.

Escrita Protetiva inspirada na canção “Domingo no Parque”, de Gilberto Gil

Era um fim de semana como qualquer outro — na verdade, um domingo, como tantos outros. Naquele espaço de encontro, crianças disputavam o tempo e o espaço das brincadeiras. Sons diversos compunham o ambiente e evidenciavam o dinamismo daquele lugar: vendedores anunciavam suas mercadorias, cachorros latiam, buzinas soavam, carros passavam, músicas se misturavam às anunciações de eventos religiosos. Tudo indicava um dia tranquilo na localidade.

Em meio a esse burburinho, transeuntes circulavam em diferentes ritmos e passos, alguns apenas observando o tempo passar, outros apressados, carregando sacolas e afazeres. Havia também os que apenas restavam lá, simples presentes - um típico “domingo no parque”.

*Foi fazer no domingo um passeio no parque
Lá perto da Boca do Rio Foi no parque que ele avistou Juliana
Foi que ele viu
Foi que ele viu
Juliana na roda com João
Uma rosa e um sorvete na mão
Juliana seu sonho, uma ilusão*

De repente, o som cessa. Um vazio se instala, abrindo espaço para a desavença entre dois dos presentes. O afastamento espontâneo da multidão cria, sem aviso, um palco para o desenrolar da briga. A violência, inicialmente contida, intensifica-se rapidamente e domina o cenário — até o golpe fatal.

*Olha o sangue na mão (ê, José)
Juliana no chão (ê, José)
Outro corpo caído (ê, José)
Seu amigo João (ê, José)
Amanhã não tem feira (ê, José)
Não tem mais construção (ê, João)
Não tem mais brincadeira (ê, José)
Não tem mais confusão (ê, João)*

O corpo, agora estendido no chão, impõe um silêncio abrupto. Todos os presentes congelam diante do acontecimento. Tentativas de ajuda são interrompidas por olhares que reafirmam poder e domínio. A violência se amplifica ao impor uma indiferença forjada diante do corpo no chão. Mais uma camada de violência determina a continuidade da vida, a partir daquele corpo no chão.

Essa Escrita Protetiva carrega o evento socialmente relevante e, por isso, constrói uma verdade possível selecionada: a violência física em espaço público que resulta numa morte, acompanhada da imposição do silêncio e da obrigação de forjar a normalização do fluxo cotidiano, constitui o acontecimento central. Sua relevância social não reside apenas no fato violento em si, mas na forma como este reorganiza as relações de poder no espaço público, revelando que esse espaço pode ser ativamente agenciado pela violência, expressa na forma de força física e simbólica.

A análise desse acontecimento permite reconhecer que esse agenciamento opera em duas dimensões do comum, ampliando e difundindo a experiência da violência.

A primeira dimensão está inscrita no próprio acontecimento — ocorrido em plena luz do dia, em meio a transeuntes, num espaço banal. A ausência de qualquer esforço de ocultação desloca a violência do campo do excepcional para o público. Não se trata apenas de um ato violento, mas de uma ação imposta a muitos, cuja presença não é um obstáculo, mas sim parte constitutiva do evento. A exposição não é acidental: ela opera como dispositivo de poder. Ao tornar visível o ato violento, demarca poder e produz efeitos de ordenamento e regulação social.

Nesse sentido, mais do que barbárie, trata-se de um dispositivo de dominação no espaço público. A circulação de olhares, rumores e narrativas sobre o ocorrido não apenas difunde o evento, mas prolonga sua eficácia de exercício de dominação. A violência, assim, não termina no ato: ela se estende como mensagem, delimitando fronteiras simbólicas e redefinindo práticas naquele território.

A segunda dimensão aprofunda esse processo ao evidenciar o agenciamento simbólico que se instaura após o evento, por meio da imposição de silêncio e da encenação de uma normalidade compulsória. Trata-se de um mecanismo de coerção no qual não é necessário ordenar explicitamente: os olhares, os gestos contidos e a suspensão da ação produzem um entendimento compartilhado sobre o que pode ou não pode ser feito.

Esse processo atua diretamente sobre o comum, ao desarticular vínculos coletivos e deslocar a experiência para uma vivência individualizada do medo, compartilhada por meio de códigos tácitos de conduta que regulam comportamentos e restringem as possibilidades de ação. A aparente continuidade da vida cotidiana não indica a superação do evento, mas sim sua incorporação forçada como condição de existência nesse contexto.

Nesse cenário, a banalização da violência não deve ser compreendida como perda de significado, mas como sua inscrição como força normativa – o que, de certa forma, configura uma “Sociabilidade Violenta” (MACHADO DA SILVA, 2008).

Ou seja, as ameaças percebidas à integridade física e patrimonial provêm de um complexo orgânico de práticas, e não de ações individuais. Assim, pode-se apresentar a característica mais essencial da sociabilidade violenta como transformação da força, de meio de obtenção de interesses, no próprio princípio de coordenação de ações. (MACHADO DA SILVA, 2008, p.41).

O corpo no chão não é negligenciado: é um símbolo. Sua exposição opera como advertência, demonstração de força e elemento de regulação coletiva. A coisificação do corpo não implica sua irrelevância, mas sim sua instrumentalização — ele passa a funcionar como mediador de relações de poder.

Desse modo, a violência não atinge apenas a vítima direta, mas se difunde pelo coletivo que, obrigado a assistir e a silenciar, é submetido à força. Trata-se de uma participação forçada, na qual o espectador não é externo, mas parte integrante do dispositivo de dominação que se instaura. A normalidade que se segue não é real e muito menos é espontânea, mas é produzida — resultado de uma ordem que se reafirma pela capacidade de interromper e, em seguida, restabelecer o fluxo da vida cotidiana sob novas condições.

Assim, a Escrita Protetiva, ao reconfigurar narrativamente esse acontecimento, não apenas preserva sua densidade analítica, mas permite explicitar os mecanismos pelos

quais a violência se inscreve e se reproduz no espaço público.

Esse acontecimento poderia ser narrado a partir de deslocamentos outros — seja no tempo, por meio de uma voz que fala de um passado remoto ou de um futuro ainda por vir; seja de um ponto de vista, por meio de um objeto comum, como um banco, uma pedra ou até um papel esquecido no local. Um personagem também pode narrar, assim como um animal, uma criatura mítica ou alguma figura do imaginário coletivo. A própria cidade pode ser testemunha e voz desse episódio.

Considerações finais

Retomando a questão inicial que motivou este artigo — a suspensão de uma pesquisa em razão dos riscos envolvidos na escrita e na publicização de seus resultados —, a Escrita Protetiva apresenta-se como uma alternativa para o enfrentamento desse impasse. Surge como resposta ética e metodológica aos limites impostos por contextos de violência, risco e censura. Ao permitir que eventos sensíveis sejam narrados com segurança, sem perda de densidade analítica, essa estratégia amplia as possibilidades de produção de conhecimento sobre temas indizíveis. Na prática, significa viabilizar a circulação de pesquisas, análises e relatos de realidade que, de outro modo, estariam em suspenso devido ao risco que ativam.

Mais do que uma técnica de escrita, trata-se de um caminho metodológico e político que busca equilibrar a proteção e a produção de conhecimento. Ao reconfigurar eventos sensíveis por meio de narrativas ancoradas no real — mas estrategicamente deslocadas para garantir segurança —, a Escrita Protetiva permite que experiências silenciadas ou ameaçadas sejam comunicadas e analisadas. Com isso, amplia o campo do possível para a produção de conhecimento, sobretudo quando os métodos tradicionais se mostram insuficientes ou perigosos.

A ativação dessas formas expressivas, ou o diálogo com outras literaturas, pode abrir espaço para um novo risco: o de tornar mais palatáveis eventos que, pela sua brutalidade, seriam socialmente indigeríveis. Trata-se de um risco real, mas também de uma potência. Ao expandir os modos de expressão, amplia-se a esfera do debate público, criando pontes entre pensamento e realidade, entre experiência e análise crítica, capazes de mobilizar um debate mais amplo.

Embora desenvolvida a partir da investigação em violência urbana, sua aplicação

pode beneficiar diversas outras áreas que lidam com situações delicadas, sensíveis ou de risco — como a Saúde, Psicologia, Serviço Social, Educação ou entre outras. Nestes campos, a proteção dos sujeitos e a viabilidade da partilha de dados frequentemente também se encontram em tensão. Estudos sobre conflitos fundiários, a atuação de grupos de extermínio, ou condições de trabalho análogas à escravidão também podem beneficiar-se dessa ferramenta

Nesses contextos, a nomeação de sujeitos, locais ou eventos pode implicar riscos concretos de identificação, perseguição, criminalização ou exclusão. A Escrita Protetiva, ao reorganizar os relatos de forma ética e simbólica, oferece uma alternativa possível e responsável para tornar essas experiências analisáveis, sem comprometer a integridade dos envolvidos.

Mais do que uma técnica, a Escrita Protetiva, com sua plasticidade narrativa e possibilidade de múltiplas linguagens, configura-se como um recurso prático, que concilia responsabilidade ética e compromisso com a análise crítica e a circulação do conhecimento.

Referências

- ADORNO, Sérgio; PASINATO, Wânia. Violência e impunidade penal: da criminalidade detectada à criminalidade investigada. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 3, n. 7, p. 51-84, jan./mar. 2010. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/04/Dilemas7Art3.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2025.
- BIONDI, Karina. **Junto e Misturado**: Uma Etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.
- BOSCHI, Renato. **DADOS**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 42, n. 4, p.655-690, 1999.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: Ensaios sobre a revolução do século XXI. São Paulo: Boi Tempo, 2017.
- DAS, Veena. **Vida e palavras**: a violência e sua descida ao ordinário. Trad. Bruno Gamba-rotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.
- Ellis, C.; Adams, T. E.; Bochner, A. P. (2010). Autoetnografia: Uma Visão Geral. **Forum**: Pesquisa Social Qualitativa, 12(1), Art. 10.
- Feltran, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Campinas: [s. n.], 2008.
- FONSECA, Cláudia. O anonimato e o texto antropológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 39–57, jul./dez. 2006.
- GRILLO, Carolina; HIRATA, Daniel. A precariedade da vida nas margens urbanas: violência, gestão e sobrevivência. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 12, n. 1, p. 9–33, 2019.
- GÜTHER, Jakobs; MELIÁ, Manoel Cancio. **Direito penal no inimigo**: noções e críticas. Porto Alegre: Editora do Advogado, 2007.
- HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. In: ARZAGHI, Clara; PATERNIANI, Stella Z.; ARIAS, André (org.). **Pensamento negro radical**: antologia de ensaios. São Paulo: Crocodilo; n-1 edições, 2021.
- IVO, Any B. L. **Para Além dos Jogos de Futebol**. O processo de reestruturação das cidades para a Copa de 2014 e a “marca Brasil”. Salvador: Edufba, 2015.

IVO, Any B. L. O “ovo da serpente”: arcabouço de excepcionalidades para a Copa De 2014 como regra do funcionamento do Estado brasileiro contemporâneo. **Cadernos do CEAS**, n. 242, p. 672-687, 2017

IVO, Any B. L. A regra dá exceção e a regra da exceção: os arranjos entre o público e o privado na produção das cidades brasileiras. In: IVO, Anete; KRAYCHETE, Gabriel. **“Carne Viva”**. Territórios, sociabilidades e a construção social da(s) política(s). Salvador: Edufba, 2024, p. 317-346.

MENEZES, Palloma. **Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”**: a “pacificação” das favelas cariocas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO SANTA CATARINA. **Capacitação do MPSC debate acolhimento humanizado de mulheres vítimas de violência doméstica e papel da linguagem jurídica na proteção**. 29 ago. 2025. Disponível em: 2025: <https://www.mpsc.mp.br/w/noticias/capacitacao-do-mpsc-debate-acolhimento-humanizado-de-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica-e-papel-da-linguagem-juridica-na-protecao>. Acesso: 29 mar. 2026

PARENTE, Marília. Perna Cabeluda driblou a ditadura e colocou violência contra a mulher nas páginas do Diário. **Diário de Pernambuco**. 13 jan. 2026. Disponível: <https://www.diariodepernambuco.com.br/vida-urbana/2026/01/11705050-perna-cabeluda-driblou-a-ditadura-e-colocou-violencia-contr-a-mulher-nas-paginas-do-diario.html>. Acesso: 16 jan. 2026.

RICCEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, v. 1, 1994.

RICCEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

ROCHA, Lia. Entre a “guerra” e a “paz”: unidades de polícia pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 5, n. 4, p. 637–671, 2012.

VENTURA, Elisa, NUNES, Isabella Rosado, VENTURA, Mauro (org.). **Cidade Partida: 30 anos depois: reflexões sobre a obra de Zuenir Ventura**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2025.

VIANNA, Adriana. Etnografias do Estado e suas margens: reflexões sobre o trabalho de campo. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; GARCIA-ACOSTA, Virginia (org.). **Antropologia e Estado: temas e perspectivas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014. p. 45–66.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZALUAR, Alba. **Da revolta ao crime**. São Paulo: Moderna, 2007.

Recebido em: 17/01/2026

Aceito em: 02/04/2026

DOI: 10.9771/ppgaufaufba.v15i0.74472

Como citar: IVO, Any Brito Leal. Notas Preliminares sobre uma Pesquisa em Suspensão: Escrita Protetiva como uma Saída para a Pesquisa em Temas Sensíveis. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 15, n. 1, p. 193-216, 2026.



FAUFBA



PPG-AU
FAUFBA

NAPPE

NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA
E PRODUÇÃO EDITORIAL